

Agenda positiva de relacionamento institucional do **COOPERATIVISMO**

*Manual para recepção
de autoridades*



Apresentação

As Cooperativas Paranaenses são referência nacional de organização e resultados. Para além do trabalho que é realizado por cada uma delas em seus ramos de atuação, é destaque a força de representação do cooperativismo frente a agentes públicos e políticos. Esse trabalho exige aperfeiçoamento técnico, constância e inteligência.

Identificar as pautas importantes para o setor, reconhecer os agentes em atuação e manter o bom relacionamento com esses representantes contribui para o cenário mais favorável ao cooperativismo. É um trabalho feito há décadas pelo Sistema Ocepar, com evolução constante.

Na década de 80, por exemplo, esse trabalho garantiu autonomia às cooperativas, através do Programa de Autogestão. Já na Constituição de 88, essa representação assegurou autonomia para criação de cooperativas, sendo vedada a interferência estatal. Olhando para o cenário atual, foi o trabalho de representação do Sistema Ocepar, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e de outros sistemas estaduais que, a partir de importantes avanços legislativos aprovados pelo Congresso Nacional, garantiu que fosse assegurada a competitividade e fortalecimento do cooperativismo.

Muitos destes avanços se devem ao fato de, cada vez mais, estes agentes conhecerem o setor e reconhecerem sua importância para o desenvolvimento econômico e social do Estado e do país.

Em busca de progresso e expansão para a atividade, o trabalho precisa continuar. O engajamento traz força para o cooperativismo e resulta em conquistas. O Sistema Ocepar mantém o núcleo de Educação Política e estimula a participação de todas as cooperativas paranaenses.

Compreender a importância dessa conexão com os agentes públicos e políticos é essencial. O desenvolvimento de agendas positivas, como eventos, reuniões, canais de comunicação, é primordial nesse processo.

Por isso, o Sistema Ocepar desenvolveu uma cartilha de boas ações para nortear a atuação das cooperativas, especialmente no contato com agentes públicos e políticos. Neste material você confere algumas orientações sugeridas em busca de uma contribuição de excelência e com foco em avanços para o cooperativismo.

1. Convites

Encaminhe o convite à autoridade, com antecedência, detalhando o objetivo do evento, a programação, o público estimado e o papel esperado do convidado, sinalizando, por exemplo, se haverá espaço para fala e qual o tempo previsto para tanto. O convite pode ser encaminhado por email ou whatsapp.

2. Ponto focal

Sinalize ao convidado quem é o responsável, na cooperativa, pela agenda, e o melhor canal de comunicação para confirmação de presença, bem como para sanar eventuais dúvidas que possam surgir, especialmente quanto à logística e demais protocolos.

Em alguns casos, as autoridades adotam procedimentos prévios de segurança. Certifique-se de que o responsável pelos contatos com a autoridade possa fazer as interlocuções necessárias com as equipes envolvidas no evento.

3. Briefing

Com maior proximidade ao evento, encaminhe ao convidado um pequeno briefing, lembrando detalhes do evento (local, data, horário), tópicos de apresentação institucional da cooperativa (principais atividades, número de empregados, número de cooperados, dados que julgar relevantes). Lembre de encaminhar pontos de interesse que podem ser utilizados pelo convidado para alinhamento de sua fala.

Em anexo, encaminhamos alguns exemplos de temas de interesse ou pleitos que podem ser utilizados, bem como complementados por demandas da sua cooperativa.

4. Compliance

Ofereça apenas brindes de valor simbólico e institucional, sempre em conformidade com as regras de integridade da cooperativa.

Priorize a construção de relações baseadas em ética, transparência e propósitos comuns.

5. Recepção

Destaque membros da Diretoria/Conselho para recepcionar o convidado.

Garanta que a autoridade tenha fácil acesso ao local do evento, oferecendo estacionamento ou transporte, se necessário.

Se possível ofereça um local de desembarque o mais próximo de onde ocorrerá o evento, e combine a logística e reservas de vagas com a equipe de assessores do convidado.

Disponibilize espaços reservados, como salas de espera ou áreas privativas, observando as necessidades da autoridade, caso necessário.

6. Cerimonial

Inclua a autoridade nas falas do evento, destacando sua presença e contribuição de forma institucional. Agradeça sua participação e reforce seu trabalho em prol do cooperativismo.

Aproveite esta oportunidade para apresentar a Cooperativa, destacando o diferencial do modelo cooperativista e seu papel no desenvolvimento econômico e social do município e da região.

Apresente pautas de interesse e formalize as solicitações da Cooperativa, ressaltando os temas relevantes. Lembre de adotar uma abordagem institucional e cordial.

7. Pós-evento

Envie um ofício ou uma nota formal de agradecimento pela presença e contribuição da autoridade.

Mantenha o contato de forma institucional, compartilhando resultados do evento, bem como registros (fotos e vídeos) para equipe de comunicação do convidado e explore futuras oportunidades de relacionamento e atuação.

Considerações Finais

Receber autoridades públicas é uma oportunidade para fortalecer a imagem institucional e estreitar relações estratégicas e sólidas.

Promover agendas positivas permite o diálogo direto com os representantes políticos, apresentando a eles os temas de interesse comum e promovendo vivência prática sobre a realidade do cooperativismo.



Devolução da MP 1227/2024

A medida provisória alterava, de forma imediata, regras de compensação de Pis e Confins, afetando diversos setores da economia, com impacto na balança comercial brasileira e consequências prejudiciais para o sistema tributário e para toda a população. No setor agropecuário, especificamente, havia o alerta de que a proposição do Governo Federal prejudicaria todos os envolvidos na cadeia de produção agropecuária e a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, ensejando a ampla articulação do Congresso Nacional para a devolução da medida.

Sob a coordenação da FPA e da Frencoop, houve a mobilização de dezenas de frentes parlamentares para pressionar a devolução da medida. Isso trouxe mais segurança jurídica e estabilidade à iniciativa privada.

Mercado de Carbono

A lei n. 15.042/2024 regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mantendo a exclusão da produção agropecuária primária como atividade regulada, o que diminui a burocracia e o custo aos produtores brasileiros. Também prevê que indústrias e cooperativas poderão utilizar o balanço líquido de emissões, com remoções de carbono em áreas rurais para cumprir as obrigações ambientais, bem como que as atividades de recomposição e de manutenção de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente serão elegíveis para geração de créditos no mercado voluntário. A lei confere garantia de segurança do direito de propriedade pelos produtores em programas de crédito de carbono realizados pelos Estados e União. Além disso, prevê a garantia de participação nos resultados financeiros de programas jurisdicionais para áreas privadas com remanescente de vegetação.

Ato cooperativo na Reforma Tributária

Aprovação do PLP 68/2024, com a inclusão de regime específico de tributação para as cooperativas, preservando o conceito de ato cooperativo inserido na Constituição Federal, possibilidade de aproveitamentos dos créditos das operações antecedentes, bem como redução de alíquota em regimes diferenciados, regulamentação de hipóteses de não incidência do ato cooperativo.

Código Florestal x Mata Atlântica

Articulação da Frencoop e FPA resultou em decisão do STF que referendou a aplicação retroativa do Código Florestal prevalecendo sobre a Lei da Mata Atlântica. A decisão traz segurança jurídica aos produtores rurais.

Acordo Mercosul e UE

O acordo firmado após 25 anos de negociações deve privilegiar o setor do agronegócio com condições tarifárias mais vantajosas para carne bovina, aves, soja, café, frutas e produtos orgânicos. A UE é um dos maiores mercados consumidores do mundo, que também valoriza produtos que cumprem critérios de sustentabilidade e rastreabilidade, algo que o cooperativismo possui como princípio. O acordo traz perspectivas de aberturas de mercado aos produtos das cooperativas brasileiras.

Bioinsumos

A **lei n. 15.070/2024** estabelece diretrizes para a produção, importação, exportação, comercialização e incentivos à produção de bioinsumos, trazendo maior segurança jurídica na utilização destes produtos, além de promover práticas mais sustentáveis e eficientes de produção.

Trânsito de máquinas

Resolução n. 1.017/2024 do Contran, flexibilizou regras para transporte de máquinas, admitindo que a autoridade responsável pela via autorize o trânsito de tratores agrícolas em trechos curtos, dispensando o uso de pranchas, mediante adoção de medidas de segurança. Há previsão de processo de autodeclaração para trânsito de máquinas, bem como aumento de 10km para 40 km a distância máxima de circulação de veículos sem a necessidade de Autorização Especial de Trânsito.

Cooperativas de Seguros

Aprovação do **PLP 143/2024**, que estabelece requisitos para a atuação das cooperativas no mercado de seguros.

Cooperativas de Crédito e Prefeituras

O Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR) reconheceu a legalidade da realização de depósitos de disponibilidades financeiras dos Municípios em cooperativas de crédito, revendo decisões anteriores que proibiam que Municípios operassem com as cooperativas. Na decisão, o Tribunal reconheceu que em aproximadamente 130 municípios paranaenses as cooperativas de crédito são a única instituição financeira presente, além de destacar a importância deste modelo para o desenvolvimento local e regional.

Programa Paraná Competitivo

Os programas de investimentos em armazenagem e energia fotovoltaica, em 2022 e 2023, proporcionaram a utilização de R\$ 560 milhões. Em 2024, chegaram a R\$ 440 milhões, o que totaliza, nos 3 anos, R\$ 1,0 bilhão, permitindo que as cooperativas utilizassem mais de 95% dos créditos habilitados no Siscred.

Para o orçamento de 2025, o Sistema Ocepar reforçou a importância da manutenção do programa e a utilização de créditos voltados a ações de infraestrutura, especialmente relacionadas à conectividade no campo.

Crédito Presumido

A SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda) renovou os créditos presumidos de ICMS para os setores de café, óleos, farinhas, fições, margarinas entre outros, garantindo assim maior competitividade à produção das cooperativas paranaenses.

Desestatização da Ferroeste

Lei n. 22.129/2024 - A lei prevê a exploração do trecho ferroviário entre Guarapuava e Cascavel, assegurando a manutenção dos atuais contratos de cessão de uso do Terminal Ferroviário de Cascavel e o direito de preferência aos cessionários em caso de prorrogação dos contratos. A proposição também estabelece condições em caso de alienação de ações e o fracionamento da oferta de ações em lotes, com vistas a garantir maior concorrência e melhores ofertas.

Licenciamento ambiental

Lei n. 22.252/2024 - Modernização do processo de licenciamento ambiental estadual, através, dentre outros, da criação de modalidades diferenciadas de licenciamento, com níveis de exigência adaptados ao potencial de impacto de cada atividade.

Plano Estadual de Infraestrutura Inteligente

Lei n. 22.056/2024 - Cria um Fundo em Infraestrutura Inteligente para custear programas e ações voltados à melhoria da infraestrutura rural, logística e sustentável, com recursos da compensação financeira advinda da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos minerais, bem como dos royalties provenientes da exploração de Xisto da Unidade de Industrialização do Xisto de São Mateus do Sul.

Rota do Progresso

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses com os menores indicadores do Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), o Governo do Estado lançou o programa Rota do Progresso, destinando mais de R\$ 2,5 bilhões de reais para projetos de estímulo à economia, à geração de emprego e à qualidade de vida dessas cidades.

Ao todo, 80 municípios paranaenses participam da iniciativa, que conta com a possibilidade de atração de investimentos a partir da utilização de créditos acumulados de ICMS.

No âmbito do programa, no início de dezembro, foram anunciados, por exemplo, investimentos na ordem de R\$ 309,7 milhões pelas Cooperativas Lar Agroindustrial nas cidades de São José das Palmeiras (Oeste do Estado), Rio Bom (Norte) e Diamante d'Oeste (Oeste).

Reforma Tributária

Continuidade das tratativas para regulamentar a tributação envolvendo o produtor não contribuinte; inclusão de produtos essenciais na cesta básica (óleo de soja, por exemplo), garantia da competitividade das operações das cooperativas.

Modernização do Seguro Rural

PL 2951/2024 - O projeto propõe o fortalecimento do seguro rural no Brasil, através da melhoria da previsibilidade orçamentária, criando um fundo privado de seguro rural, previsto na Lei Complementar n. 137/2010, ainda não implementado.

Reciprocidade nos acordos comerciais

PL 1406/2024 - A medida assegura à produção brasileira igualdade de condições para competir no mercado internacional. Para tanto, o projeto defende a reciprocidade no tocante às exigências ambientais impostas ao Brasil, vedando a assinatura de acordos internacionais que limitem a exportação de produtos brasileiros para países que não cumpram níveis de emissões de gases iguais ou inferiores aos brasileiros.

Abertura de Mercados

Atuação junto a órgãos governamentais e internacionais para a abertura de mercados para produtos produzidos pelas cooperativas, especialmente Coréia do Sul, Japão, México e Estados Unidos.

Crédito Rural e Plano Safra

Garantia de montante de recursos para equalização de taxas de juros para investimento e custeio, bem como para seguro rural.

Conectividade Rural

Atuação para a universalização da conectividade como ferramenta de desenvolvimento econômico e social. A aprovação de linhas de financiamento e o incentivo a modelos, como cooperativas de infraestrutura, que permitam o maior acesso à conectividade são essenciais.

Utilização dos recursos do FUST para expansão da conectividade rural, para além de uso em escolas rurais e equipamentos públicos.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

PL 4812/2024 - A proposta busca viabilizar o acesso, por cooperativas, a recursos de fomento à ciência e tecnologia.

Questões Ambientais

CAR: esforços para a homologação do cadastro ambiental rural.

TCFA (PL 10.273/2018): projeto para adequar o regime de incidência da taxa de controle e fiscalização ambiental.

Ano Internacional das Cooperativas

2025 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Cooperativas, homenagem que colocará o cooperativismo no centro da agenda global, com ações de apoio da ONU a políticas públicas e acordos de cooperação técnica para fortalecer as cooperativas.

O Ano Internacional das Cooperativas também ajudará a fortalecer nossa representação institucional, que ganhará um reforço com o engajamento da ONU para garantir que nossas pautas sejam ouvidas e priorizadas em fóruns de decisões locais, regionais e globais.

COP 30

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será realizada no Brasil, em Belém (PA), em 2025. O cooperativismo será apresentado como modelo para a promoção de práticas que beneficiam o meio ambiente e a sociedade, com destaque ao papel essencial das cooperativas no desenvolvimento sustentável.

SENADORES

Flávio Arns	PSB	(61) 3303-6301	sen.flavioarns@senado.leg.br
Sergio Moro	UNIÃO	(61) 3303-6202	sen.sergiomoro@senado.leg.br
Oriovisto Guimarães	PODEMOS	(61) 3303-1635	sen.oriovistoguimaraes@senado.leg.br

DEPUTADOS FEDERAIS

Aliel Machado	PV	(61) 3215-5220	dep.alielmachado@camara.leg.br
Beto Richa	PSDB	(61) 3215-5521	dep.betoricha@camara.leg.br
Carol Dartora	PT	(61) 3215-5471	dep.caroldartora@camara.leg.br
Delegado Matheus Laiola	UNIÃO	(61) 3215-5505	dep.delegadomatheuslaiola@camara.leg.br
Diego Garcia	REPUBLICANOS	(61) 3215-5910	dep.diegogarcia@camara.leg.br
Dilceu Sperafico	PP	(61) 3215-5322	dep.dilceusperafico@camara.leg.br
Felipe Francischini	UNIÃO	(61) 3215-5265	dep.felipefrancischini@camara.leg.br
Filipe Barros	PL	(61) 3215-5745	dep.filipebarros@camara.leg.br
Geraldo Mendes	UNIÃO	(61) 3215-5123	dep.geraldomendes@camara.leg.br
Giacobo	PL	(61) 3215-5629	dep.giacobo@camara.leg.br
Gleisi Hoffmann	PT	(61) 3215-5232	dep.gleisihoffmann@camara.leg.br
Luciano Alves	PSD	(61) 3215-5635	dep.lucianoalves@camara.leg.br
Luciano Ducci	PSB	(61) 3215-5427	dep.lucianoducci@camara.leg.br
Lúisa Canziani	PSD	(61) 3215-5842	dep.luisacanziani@camara.leg.br
Luiz Carlos Hauly	PODE	(61) 3215-5421	dep.luizcarloshaully@camara.leg.br
Luiz Nishimori	PSD	(61) 3215-5907	dep.luiznishimori@camara.leg.br
Marco Brasil	PP	(61) 3215-5412	dep.marcobrasil@camara.leg.br
Padovani	UNIÃO	(61) 3215-5923	dep.padovani@camara.leg.br

DEPUTADOS FEDERAIS

Paulo Litro	PSD	(61) 3215-5612	dep.paulolitro@camara.leg.br
Pedro Lupion	PP	(61) 3215-5812	dep.pedrolupion@camara.leg.br
Reinhold Stephanes	PSD	(61) 3215-5221	dep.reinholdstephanes@camara.leg.br
Rodrigo Estacho	PSD	(61) 3215-5454	dep.rodrigoestacho@camara.leg.br
Sargento Fahur	PSD	(61) 3215-5858	dep.sargentofahur@camara.leg.br
Sergio Souza	MDB	(61) 3215-5702	dep.sergiosouza@camara.leg.br
Tadeu Veneri	PT	(61) 3215-5952	dep.tadeuveneri@camara.leg.br
Tião Medeiros	PP	(61) 3215-5917	dep.tiaomedeiros@camara.leg.br
Toninho Wandscheer	PP	(61) 3215-5902	dep.toninhowandscheer@camara.leg.br
Vermelho	PL	(61) 3215-5920	dep.vermelho@camara.leg.br
Welter	PT	(61) 3215-5303	dep.welter@camara.leg.br
Zeca Dirceu	PT	(61) 3215-5613	dep.zecadirceu@camara.leg.br

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Leandre dal Ponte	PSD	Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa	(41) 4009-3600	gabinete@semipi.pr.gov.br
Beto Preto	PSD	Secretário de Estado da Saúde	(41) 3330-4300	betopreto@sesa.pr.gov.br
Ricardo Barros	PP	Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços	(41) 3235-7696	ricardo.barros@seic.pr.gov.br
Sandro Alex Cruz de Oliveira	PSD	Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística	(41) 3304-8504	sandro.alex@seil.pr.gov.br
Marcio Nunes	PSD	Secretário de Estado do Turismo	(41) 3304-7087	gabinetesecretario@turismo.pr.gov.br
Norberto Ortigara	PSD	Secretário de Estado da Fazenda	(41) 3235-8010	não informado
Natalino Avance de Souza	PSD	Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento	(41) 3313-4000	natalino@seab.pr.gov.br
Guto Silva	PP	Secretário de Estado do Planejamento	(41) 3313-7800	sepl@sepl.pr.gov.br
Everton Luiz da Costa Souza		Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável	(41) 3304-7700	evertonlcs@sedest.pr.gov.br

DEPUTADOS ESTADUAIS

Fábio Oliveira	PODEMOS	(41) 3350-4276	foliveirapr@gmail.com
Cristina Silvestri	PP	(41) 3350-4233	cristinasilvestri@assembleia.pr.leg.br
Antônio Anibelli Neto	MDB	(41) 3350-4013	contato@anibelli.com.br
Ademar Traiano	PSD	(41) 3350-4040	traiano@assembleia.pr.leg.br
Alexandre Curi	PSD	(41) 3350-4047/4247	contato@alexandrecuri.com.br
Maria Victoria	PP	41) 3350-4394	depmaria victoria@assembleia.pr.leg.br
Ney Leprevost	UNIÃO	(41) 3350-4273	contato@neyleprevost.com.br
Goura	PDT	(41) 3350-4058	não informado
Alexandre Amaro	REPU	(41) 3350-4290	aleamaro00@gmail.com
Dr. Antenor	PT	não informado	não informado
Hussein Bakri	PSD	não informado	gabinete@husseinbakri.com.br
Requião Filho	PT	(41) 3350-4295	requiaofilho@assembleia.pr.leg.br
Marcio Pacheco	PP	(41) 3350-4275	gabinete@marciopacheco.net.br
Luiz Claudio Romanelli	PSD	não informado	dep.romanelli@gmail.com
Pedro Paulo Bazana	PSD	não informado	ppbazana@uol.com.br
Arilson Chiorato	PT	(41) 3350-4313	gabinete arilson@assembleia.pr.leg.br
Márcia Huçulak	PSD	(41) 3350-4223	depmarcia huçulak@assembleia.pr.leg.br
Professor Lemos	PT	(41) 3350-4086	lemos@professorlemos.com.br
Mabel Canto	PSDB/CIDA	(41) 3350-4224	deputadamabelcanto@gmail.com
Ricardo Arruda	PL	(41) 3350-4337	ricardoarruda@assembleia.pr.leg.br
Artagão Júnior	PSD	(41) 3350-4079	artagaojunior@assembleia.pr.leg.br
Cobra Repórter	PSD	(41) 3350-4060	coברהreporter2015@gmail.com
Delegado Tito Barichello	UNIÃO	não informado	não informado
Luiz Fernando Guerra	UNIÃO	(41) 3350-4242	contato@deputadoguerra.com.br
Renato Freitas	PT	(41) 3350-4094	renatofreitas@assembleia.pr.leg.br
Delegado Jacovos	PL	(41) 3350-4034	deputadodelegadojacovos@gmail.com
Paulo Gomes da TV	PP	não informado	não informado
Gilson de Souza	PL	não informado	gilsondesouza@assembleia.pr.leg.br
Paulo Rogério do Carmo	UNIÃO	(41) 3350-4177	contatodeputadocarmo@gmail.com
Ana Júlia Ribeiro	PT	(41) 3350-4222	dep.anajulia@assembleia.pr.leg.br
Cantora Mara Lima	REPUBLICANOS	(41) 3350-4291	cantoramaralima@assembleia.pr.leg.br

DEPUTADOS ESTADUAIS

Denian Couto	PODEMOS	não informado	não informado
Evandro Araújo	PSD	(41) 3350-4282	deputado.evandroaraujo@gmail.com
Alisson Wandscheer	SD	(41) 3350-4381	deputadoalisson@assembleia.pr.leg.br
Adao Litro	PSD	não informado	não informado
Cloara Pinheiro	PSD	(41) 3350-4145	deputadacloara@gmail.com
Flávia Francischini	UNIÃO	(41) 3350-4252	atendimento.depflavia@assembleia.pr.leg.br
Gilberto Ribeiro	PL	(41) 3350-4038	deputadogilbertoribeiro@assembleia.pr.leg.br
Gugu Bueno	PSD	(41) 3350-4397	gugubueno@assembleia.pr.leg.br
Luciana Rafagnin	PT	não informado	lucianarafagnin13@gmail.com
Luis Corti	PSB	(41) 98825-4565	não informado
Marcelo Rangel	PSD	(41) 3350-4284	depmarcelorangel@assembleia.pr.leg.br
Marli Paulino	SD	não informado	não informado
Matheus Vermelho	PP	(41) 3350-4331	deputado@matheusvermelho.com.br
Moacyr Fadel	PSD	não informado	não informado
Nelson Justus	UNIÃO	não informado	nelsonjustus@terra.com.br
Samuel Dantas	SD	não informado	não informado
Soldado Adriano José	PP	(41) 3350-4398	dep.soldadoadrianojose@gmail.com
Tercilio Turini	MDB	(41) 3350-4336	deptercilioturini@gmail.com
Thiago Bühler	UNIÃO	não informado	não informado



SistemaOcepar

FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

somos
COOP»